

DOCUMENTAÇÃO

Os coveiros do capitalismo

Segundo muitos autores, a crise económica de 2008 foi uma das mais profundas de toda a história do capitalismo, comparável às de 1929 e de 1973. Para alguns, o modelo de crescimento capitalista precisa de retoques; outros assinalaram que está ferido de morte e é necessário agora avançar para uma transformação da economia de mercado se se quiser evitar o acentuar das desigualdades sociais. Vários ensaios recentes partilham esta abordagem.

Num momento como o atual, em que a política é economia e a economia suscita preocupação devido aos seus efeitos sociais e ambientais, a possibilidade de mudar o paradigma económico não deixa ninguém indiferente. Exemplo disso é a polémica provocada em 2013 pelo economista francês Thomas Piketty com “O Capital no século XXI”, um volumoso estudo sobre a desigualdade que se converteu num sucesso de vendas.

Cresce o fosso

Desde então, a preocupação pelo danoso fosso entre os mais ricos e os assalariados converteu-se no tema predominante do debate público. Este assunto centrou, por exemplo, as críticas aos programas de austeridade recomendados pelas instituições internacionais como remédio para a crise económica. Provocou igualmente a irrupção de movimentos mais comprometidos com a luta social no espectro político de esquerda, mas também está a reclamar uma resposta a partir do conservadorismo (ver “Aceprensa”, 4.11.2015: [“Conservadores com cabeça e coração”](#)).

Piketty não se limitou apenas a mostrar que os rendimentos do capital nos dois últimos séculos cresceram de uma forma mais pronunciada e rápida que os do trabalho: também previa que uma economia com um cariz tão liberal aumentaria exponencialmente o fosso entre os mais ricos e os restantes.

Crescimento sustentável

Tal como outros economistas, por exemplo, o renomado Joseph Stiglitz, antigo economista chefe do Banco Mundial, que publicou “La gran brecha” (Taurus, 2015), Piketty denunciou que o modelo de crescimento capitalista não era sustentável. Também para Anthony Atkinson, economista britânico que tem

vindo há mais de quarenta anos a dedicar-se a temas de pobreza e desigualdade, a distância crescente entre o capital e o trabalho mina um sistema que precisa do motor do consumo incessante e da promoção do crédito, mas que espolia justamente a classe média que os pode fomentar.

Daí a oposição às políticas de austeridade e o regresso ao keynesianismo, depois de uma etapa marcadamente neoliberal. A verdade é que a desigualdade se acrescenta, na opinião de alguns analistas, o paradoxo de que os custos da saída da crise recaem principalmente sobre aqueles que mais perderam com ela e que, a continuar, estão destinados a ficar mais para trás. Não é de estranhar que seja tão preocupante, juntamente com as consequências económicas da desigualdade, a desconfiança da população para com os políticos e os financeiros, uma desconfiança que põe em perigo, como indica Atkinson, a coesão social.

Desigualdade, descontentamento, conflito de classe... A todos estes efeitos se juntou a mudança climática e a tomada de consciência dos efeitos que a exploração indiscriminada provocou sobre a Natureza. É este conjunto de elementos – os económicos, os sociais e os ambientais – os que procura conciliar o desenvolvimento sustentável.

Corrigir o capitalismo

A pergunta de fundo – que fizeram, certamente, pensadores de diversas orientações, mas abordada também pelo Papa Francisco na sua última encíclica ao recordar os limites da economia de mercado – é se o capitalismo pode enfrentar estes problemas e favorecer um crescimento equilibrado.

Depois de analisar as causas da desigualdade, Atkinson propõe em “Inequality: What Can Be Done?” (Harvard University Press, 2015) 15 medidas para reduzir o fosso económico. São mais radicais, certamente, do que as vias fiscais apresentadas por Piketty, que propõe um imposto global sobre o capital, mais transparência financeira e políticas inflacionistas. Mas, como se indica em “The Economist” (6.6.2015), não se afastam das típicas iniciativas da esquerda e procuram ainda solucionar a desigualdade e melhorar as condições de vida através da função corretora do Estado.

É também a estratégia de Stiglitz, que no seu último trabalho atribui a culpa do desequilíbrio a uma política demasiado conivente com o setor financeiro. Assim, a política deveria

enfrentar os embates privatizadores e assegurar que o Estado será o protagonista nos processos de globalização e de inovação tecnológica. Desse modo, as debilidades do mercado atenuar-se-iam com mais regulação. Por exemplo, em vez de deixar que o desenvolvimento da tecnologia vá destruindo empregos, pressupõe-se que as políticas públicas deveriam dirigir os investimentos e incentivar ou assumir aquelas que protegem o trabalhador e melhoram o seu poder de compra.

Atkinson considera que a igualdade só poderá obter-se garantindo um salário mínimo à população e estabelecendo um máximo. Espera ativar a procura com políticas públicas e justifica inclusivamente que o Estado deve ser o primeiro e mais importante empregador numa sociedade. Mas como se pagariam os custos destas novas responsabilidades? Aumentando a carga fiscal dos que têm maiores rendimentos. Mas nos países – como os nórdicos – em que o Estado proporciona mais prestações sociais, foi sempre preciso cobrar mais impostos a todos, não apenas aos mais ricos

Pós-capitalismo

Mais radical é “Postcapitalism: A Guide to our Future” (Allen Lane, 2015), um ensaio de Paul Mason, jornalista económico muito conhecido na Grã-Bretanha, que gerou bastante polémica nos meios de comunicação social britânicos ao prever o esgotamento do modelo neoliberal. Para Mason, a política intervencionista ajuda a mitigar no curto prazo as desvantagens, mas não é suficiente para pôr fim a um sistema que, como o capitalista, garante o lucro de poucos, enquanto acentua a desigualdade à custa dos trabalhadores, dos pensionistas e dos mais necessitados.

De Mason se disse o mesmo que há dois anos se comentou de Piketty: que é o novo Marx. As suas ideias receberam o elogio da esquerda mais radical, com Slavoj Žižek e Naomi Klein à cabeça. Mas, para lá da batalha ideológica, o interesse da sua obra reside no facto de expor um modelo económico alternativo ao existente. Outra questão é que seja viável.

Pode dizer-se que o mais relevante da sua análise não é tanto a visão extremamente negativa do neoliberalismo – a quem culpa, certamente, por todos os males dos últimos séculos –, nem a sensação de que existe uma confabulação financeira que nos engana e explora, mas a pretensão de atualizar a crítica marxista no contexto da economia de colaboração e da sociedade da informação.

Minado pela tecnologia

Muitas das suas afirmações são duvidosas. Por exemplo, parte da tese de que a capacidade de adaptação do capitalismo está concluída e isso aconteceu devido ao impacto de um dos seus frutos mais importantes: a tecnologia. O avanço tecnológico iluminou novas atitudes sociais, mais generosas, menos hierárquicas, com maior espírito de colaboração, e abriu nichos

que são cada vez mais importantes economicamente, alheios à lógica do mercado e chamados a destruir a primazia do capital.

Com efeito, para o autor de “Post-capitalism: A Guide to our Future”, a sociedade da informação obriga a transformar os pressupostos essenciais da economia capitalista; concretamente, afeta e modifica a dinâmica da formação de preços, altera a conceção do direito de propriedade e dinamita a organização do trabalho.

O mercado funciona como forma ótima de intercâmbio quando os recursos são escassos; assim aconteceu tradicionalmente nas transações sobre produtos e serviços. Pelo contrário, adverte o jornalista britânico, não serve quando o principal objeto de intercâmbio é a informação: esta é um bem abundante, que pode ser partilhado sem implicar o seu consumo e é reproduzido indefinidamente. Além disso, não tem, digamos, um proprietário natural, pois cresce pelas sucessivas contribuições de inúmeros indivíduos. Esta é a razão pela qual é tão complicada a regulamentação jurídica na sociedade da informação: as tecnologias provocam a erosão do mecanismo normal da formação de preços.

Igualmente, segundo Mason, a crescente difusão de iniciativas cooperativas e a sua relevância económica e social enfraquece o direito de propriedade tradicional.

E o que acontece com o trabalho? Alguns especialistas defendem que a tecnologia será capaz de automatizar a produção de bens e serviços, o que implicará a redução do tempo de trabalho. Já estamos igualmente a assistir à modificação das formas de organização laboral: as decisões descentralizam-se, opera-se em rede, caem as hierarquias e valoriza-se cada vez mais a criatividade. Por isso, Mason conclui facilmente que, no seio do capitalismo, estão a acontecer fenómenos que apontam para uma forma económica diferente da neoliberal.

J. C.

Uma mudança não apenas económica

Não se devem negligenciar os fundamentos marxistas de Paul Mason. “A principal contradição do capitalismo contemporâneo”, explica, “é a existente entre a possibilidade de produzir socialmente bens gratuitos e abundantes, por um lado e, por outro, o sistema de monopólios, bancos e governos que lutam pelo controlo do poder e da informação”.

Sob este prisma, o fim do neoliberalismo é inexorável, embora ainda se deva atravessar por uma etapa de transição. É nela que a ação direta da sociedade e do Estado poderão ser imprescindíveis. Isto faz recordar demasiado as propostas dos regimes comunistas, que também falavam do futuro

desaparecimento do Estado, enquanto na etapa de transição robusteciam o papel do Estado e anulavam o mercado.

Algumas das diretrizes apresentadas por Mason para “orientar esta etapa de transição” são parecidas com as pensadas pelos críticos da desigualdade, desde Piketty até Stiglitz, mas as intenções são diferentes. Mason exige que o Estado deixe de oferecer alibi legal aos interesses fraudulentos da casta financeira e capitalista: deve deixar de servir as grandes empresas e as grandes fortunas e, em vez disso, adotar políticas que promovam os modelos de negócio cooperativos e desinteressados, não comerciais.

Apesar de, segundo o autor de “Postcapitalism: A Guide to our Future”, a ação do Estado ser “somente metade da história”, e ser mais radical a contribuição dos indivíduos, nos assuntos em que a sociedade joga a sua sustentabilidade, como o ambiente, a política demográfica ou energética e a regulação da imigração, a legislação estatal ainda é insubstituível.

Nichos alheios ao mercado

No fundo, todas as suas propostas têm uma única intenção: conseguir espaços para que a cooperação, a colaboração, o altruísmo e a gratuidade ganhem terreno ao mercado.

De modo geral, confia em que espontaneamente se estenderão modelos de negócio e atividades sem fins lucrativos, mas nalguns setores, como o energético, é contundente: a aceleração da mudança climática exige medidas excepcionais e urgentes, mesmo antes da chegada definitiva do pós-capitalismo. As fontes energéticas deveriam ser incontestavelmente públicas e a legislação teria que limitar de forma contundente o uso dos combustíveis fósseis, sem concessões, premiando o consumo de energia limpa. Esperar que os mecanismos de mercado resolvam os problemas ambientais é ilusório, diz Mason.

Mas, poderão existir intercâmbios alheios ao mercado? A *sharing economy* ou economia de colaboração não é estritamente um mercado: os agentes não procuram obter lucros, nem atuam movidos apenas pelo objetivo do lucro, intercambiando e cooperando para satisfazer as suas necessidades. Na etapa de transição, o quadro jurídico deveria promover os projetos cooperativos, que são capazes de dinamizar o desenvolvimento partilhando, guiando-se por princípios de justiça social e responsabilidade coletiva e relegando os retornos económicos.

O inimigo, o mercado

Pouco a pouco gerar-se-ia, graças ao trabalho em rede e às novas tecnologias, uma economia alternativa à do mercado neoliberal e que iria paulatinamente encurralando-a até fazê-la desaparecer.

Mason é concreto na procura de instrumentos para reduzir e erradicar os monopólios e não tem dúvidas em propor uma revisão dos direitos de propriedade. Assim, mostra-se defensor do fomento da utilização das licenças Creative Commons, que considera mais adequadas para o contexto pós-capitalista, pois a renúncia dos inventores e criadores a alguns dos seus direitos mostra justamente a atitude benevolente e filantrópica do indivíduo no novo sistema económico.

As suas restantes medidas vão na mesma linha: o não pagamento da dívida pública – pois pagá-la, segundo Mason, é contribuir para o desenvolvimento do capitalismo –, socializar o sistema financeiro – com a nacionalização dos bancos e uma regulação mais exaustiva da atividade financeira, entre outras medidas –, reconhecer o direito de um rendimento básico a todas as pessoas, etc.

Utopia ou realidade?

Pode soar utópica a proposta de Mason; em muitos casos, as suas opiniões são demasiado ideológicas; noutros, não consegue superar a censura absoluta de um sistema que, como o capitalista, também obteve grandes resultados na luta contra a desigualdade. Isto, e a virulência ideológica com que estigmatiza igualmente os elementos mais sensatos do capitalismo, é o que lhe acusaram os seus principais críticos.

Por exemplo, demonizar o mercado é demonizar também a concorrência e leis que serviram para embaratecer o preço de produtos básicos. O não pagamento da dívida pública pode colocar em risco a capacidade de alguns países para enfrentar os custos dos seus programas de assistência social e os intercâmbios altruístas são pouco eficazes para assegurar a satisfação das necessidades da população mais pobre. E é maniqueísta e simplista essa narrativa de bons e maus agentes económicos. De financeiros pérfidos e vítimas ingénuas. Muito menos avança com um plano para pagar os custos desta etapa de transição.

O mérito de “Postcapitalism: A Guide to our Future” é ajudar a refletir sobre a possibilidade de um sistema económico alternativo ao que, na opinião de alguns, foi responsável pela crise e que gerou tanta suspeita para com o capital e a atividade empresarial. Talvez por isso, o livro de Mason se tenha convertido num ensaio de referência para os críticos do sistema e num *bestseller* no mundo anglo-saxónico e, apesar dos seus defeitos, é como que uma bússola para a Nova Esquerda.

J. C.